

## **PRONERA: CONSTRUINDO A EDUCAÇÃO NO CAMPO**

### **PRONERA: *BUILDING IN THE FIELD EDUCATION***

Maria Assunção Giusti Almeida <sup>1</sup>

Erika da Costa Bezerra <sup>2</sup>

**RESUMO:** Tem como objetivo central apresentar reflexões realizadas acerca da concepção de educação do campo, no contexto dos movimentos sociais, considerando que existe um olhar diferenciado para as escolas do campo em comparação as escolas urbanas, com vistas no desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem a partir das tecnologias educacionais para aqueles que compõem a comunidade rural. Nesta investigação foi considerado o universo dos valores, motivações e histórias dos sujeitos individuais e coletivos, de modo a explorar a diversidade de materiais vinculados aos movimentos sociais, além de legislação que trata da educação do campo no Brasil. Nesta realidade torna-se preponderante a implantação de tecnologias nas escolas rurais. É nesse momento que surge o Pronera, resultado de lutas sociais, sendo um objetivo a ampliação da oferta de qualificação profissional e, desta forma, os conhecimentos adquiridos através dos meios tecnológicos podem agregar novos valores de identidade, na valorização como indivíduo da sociedade do campo. Concluímos que a educação do campo dialoga com os valores e luta pela terra. Nessa conjuntura, a educação do campo pode ser ferramenta de compreensão das demandas educacionais defendidas pelos movimentos sociais, colaborando para toda a sociedade de modo geral, em especial para os que vivem no Campo, do Campo e para o Campo.

**Palavras-chave:** Educação. Tecnologia. Campo. Escolas. Políticas Públicas.

**ABSTRACT:** Its main objective is to present reflections about the concept of rural education, in the context of social movements, considering that there is a different look at rural schools compared to urban schools, with a view to developing the process of teaching and learning to from educational technologies for those who make up the rural community. In this investigation, the universe of values, motivations and histories of individual and collective subjects was considered, in order to explore the diversity of materials linked to social movements, in addition to legislation dealing with education in the field in Brazil. In this reality, the implementation of technologies in rural schools becomes predominant. It is at this moment that Pronera appears, the result of social struggles, with an objective to expand the offer of professional qualification and, in this way, the knowledge acquired through technological means can add new identity values, in the valorization of rural society as an individual. We conclude that rural education dialogues with the values and struggle for land. In this juncture, rural education can be a tool for understanding the educational demands defended by social movements, collaborating for all of society in general, especially for those who live in the countryside, countryside, and countryside.

**Keywords:** Education. Technologies. Schools. Field. Countryside.

Data da aprovação: 17/06/2021

---

<sup>1</sup> Graduada em Geografia na Universidade Vale do Acaraú, artigo submetido no Curso de Pós-graduação Lato Sensu em informática na Educação – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amapá – Campos Macapá, [assuncaojusti@gmail.com](mailto:assuncaojusti@gmail.com).

<sup>2</sup> Professora do IFAP, Graduada em Ciência da Computação, Mestranda em Educação pela UFFRJ, Pesquisadora em Etnomatemática, na qual trabalha com o uso da Robótica Educacional para uma Aprendizagem Significativa, [erika.bezerra@ifap.edu.br](mailto:erika.bezerra@ifap.edu.br).

## **1 INTRODUÇÃO**

Partindo da análise do referencial teórico sobre educação no campo nota-se que existe uma ausência de políticas voltadas para oferta de implementação das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) nas escolas do campo, surgindo questionamentos acerca da implantação de políticas públicas educacionais nas nestas escolas, possibilitando aprendizado técnico com uso de mídias, aplicativos e outros recursos tecnológicos visando o atendimento das necessidades dos alunos, bem como a implantação nas cargas horárias da Escola do Campo proporcionando um aprendizado significado através do uso da tecnologia a favor da educação dos alunos do campo, bem como elevação dos índices da qualidade da educação do campo.

Existe uma dicotomia na educação: educação do Campo e educação urbana, e não se relacionam entre si, bem como existem diferenças em políticas de investimentos em aplicação da tecnologia na educação. E para muitos, a tecnologia quando bem engajada com políticas públicas chega aos mais variados locais, e tudo que o homem cria e produz para sua facilitação e conforto na vida diária em todas as áreas sociais, privada e pública, e entre as escolas não deveria haver diferenciação educacional.

A partir desta necessidade surge O PRONERA – Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Em julho de 1997 foi realizado o I Encontro Nacional das Educadoras e Educadores da Reforma Agrária - Enera, fruto da luta dos movimentos sociais do campo com objetivo de criar projetos de educação em acampamentos e assentamentos da reforma agrária, agravada pela ausência de uma política pública específica no Plano Nacional de Educação. Resultado de uma parceria entre o Grupo de Trabalho de Apoio à Reforma Agrária da Universidade de Brasília (GT-RA/UnB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), representado pelo seu Setor de Educação, além do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), do Fundo das Nações Unidas para a Ciência e Cultura (Unesco) e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

## **2 PRONERA NOS ASSENTAMENTOS AGROEXTRAVISTA MARACÁ, RESERVA EXTRATIVISTA RIO CAJARI E NAZARÉ MINEIRO - MUNICÍPIOS DE MAZAGÃO E LARANJAL DO JARI-AP**

O Assentamento Agroextrativista Maracá é o único projeto desapropriado do Estado do Amapá, essa área era explorada pelos MUTRANS do Pará (empresa exportadora de Castanha do Brasil), que exploravam o Castanhal, pela relação d exploração patrão - freguês baseado no sistema de aviamento/aforamento, isto é, tudo que era coletado e extraído da terra, uma parte deveria ser entregue ao patrão, que pretensamente se intitulava dono do castanhal, os movimentos sociais e extrativistas da comunidade se organizaram e travaram uma luta, contra os especuladores e junto ao INCRA, que por sua vez, adquiriu essa área por desapropriação em 1992 com 558.662.432 hectares, com capacidade para assentar 2.500 famílias tradicionais extrativistas, as famílias fizeram o Plano de utilização coletivo da área que vale até hoje, CDRU - Concessão de Direito Real de Uso (moradores nativos da floresta). Após os estudos técnicos, o INCRA transformou em Assentamento Agroextrativista Maracá, cadastrado sob o código AP0017000, através da Portaria/INCRA/SR-21-AP017/28/04/1997, essa modalidade de assentamento e destinado as populações tradicionais para exploração de riquezas extrativistas, por meio de atividades economicamente viáveis e ecologicamente sustentável introduzindo a dimensão ambiental das atividades agroextrativistas. Tais áreas, de domínio público, são administradas pelas populações assentadas através de sua forma organizativa que receberá a concessão de direito real de uso.

Breve relato sobre Maracá, possui uma grande biodiversidade, o alto maracá é rico em madeira de lei e Castanha do Brasil (Pará), lindas cachoeiras, várzea, serrado e ribeirão,

extrativismo rico em produtos da floresta, pescados em geral. Hoje são 1992 famílias morando e desfrutando de toda área acima mencionada.

Reserva Extrativista do Rio Cajari, foi uma conquista dos movimentos sociais, que lutaram pelos moradores e extrativistas tradicionais, lutavam pelo desmembramento de seus ocupantes latifundiários, madeireiros, garimpeiros e a Empresa Jari Celulose, com o plano de manejo do IBAMA transformou essa área em Reserva Extrativista do Rio Cajari, administrada pelo próprio IBAMA, totalizando uma área de 501.771,1014 hectares, o INCRA reconheceu as famílias extrativistas como beneficiários do Programa de Reforma Agrária, através da Portaria INCRA-SR 21/AP, 001/03/06/2003, com a capacidade para 1500 famílias.

Assentamento Municipal Casulo Maria de Nazaré Mineiro – O Assentamento foi criado em homenagem a Maria de Nazaré Mineiro, essa mulher foi uma grande líder sindical, lutou com madeireiros, latifundiários, representantes estaduais e municipais de Laranjal do Jari, com objetivo de adquirir e dividir uma área entre 100 famílias de agricultores sem-terra. Essa luta terminou infelizmente em novembro de 1998 com o assassinato da Sra. Nazaré Mineiro - Líder Sindical, na área em que lutava.

Após, a área foi obtida em 1998, pela Prefeitura Municipal de Laranjal do Jari e juntos: Movimento Social, Estado, Município e União, através de uma Instância Colegiada, foi criado o PAC - Assentamento Casulo Municipal de Laranjal do Jari, através da Portaria SR-21/AP, nº 0038/de 08/01/2000, para beneficiar 100 famílias em uma área de aproximadamente 8,00 hectares para cada famílias. O conceito de reforma agrária conforme o estatuto da terra é: Brasil, 1964 diz. A reforma agrária e o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição de terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios da justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção.

O PRONERA surgiu da necessidade de atender os assentados que não conseguiram estudar na idade prevista por estarem afastados da cidade trabalhando na agricultura e extrativismo, tendo como público-alvo são os jovens e adultos da reforma agrária. As ações do programa, que nasceu da articulação da sociedade civil, têm como base a diversidade cultural e sócio territorial, os processos de interação e transformação do campo, a gestão democrática e o avanço científico e tecnológico. A execução do PRONERA se dá por meio de parcerias com instituições de ensino públicas e privadas sem fins lucrativos, governos federal, estaduais e municipais.

O programa foi criado em 16/04/1998, e no ano de 2001, foi incorporado ao Incra, visando manter os estudantes de seus lotes nas épocas do cultivo e colheita. Começou partir das séries iniciais. O alto índice de analfabetismo e os baixos níveis de escolarização entre os beneficiários do Programa Nacional da Reforma Agrária. Alfabetização e escolarização da Educação de Jovens e Adultos e no ensino fundamental e médio; a Capacitação e escolarização de educadores para o ensino fundamental; a Formação de nível médio, Curso técnico profissional de nível médio, Formação de nível superior e Pós-Graduação *Lato e Stricto Sensu*.

Os movimentos sociais aqui do Amapá (Pastoral da Terra, Sindicatos e Federações de Agricultores) cobraram do INCRA cursos Profissionalizantes para os Assentados do PNRA. Várias articulações entre Universidades e o IFAP, foi realizado um Termo de Descentralização de Recursos entre o INCRA/IFAP, para beneficiar 40 alunos, os Assentamentos PAE/Maraca, Reserva Extrativista do Rio Cajari e PAC/Nazaré Mineiro, na Região Sul do Estado, o Campos de Laranjal do Jari, com o Curso subsequente Técnico em Meio Ambiente.

## 2.1 Desenvolvimento do processo de aprendizagem

Considerando as áreas de extrativismo e todo o seu potencial, a forma de atender essa demanda foi baseado no Regime de Alternância, os alunos estudavam nos meses de Janeiro, Fevereiro e Julho, (tempo escola, tempo comunidade) e toda a complexidade do programa, sendo o curso uma experiência de destaque, gerando oportunidades aos jovens assentados da região sul do estado, como exemplo de experiência exitosa evidencio o projeto científico desenvolvido por um dos alunos que resultou em uma participação internacional com viagem para Paris, França, em conjunto com o professor deste projeto), outros tiveram a oportunidade de ser contratados pela Empresa Jari Celulose.

A parceria entre o IFAP e o INCRA visando oferta de Cursos Técnicos para os Assentados, Extrativistas da Reforma Agrária, teve início no ano de 2014. Após a implantação do Ifap, inicialmente no município de Macapá, com os cursos voltados para a área de Informática, Edificações e Mineração, e outro campus no município de Laranjal do Jari, com cursos de Meio Ambiente, Informática e Secretariado, sendo que as demandas de cursos para o PRONERA foram vinculadas ao Campus Laranjal do Jari, devido à proximidade geográfica próximo aos assentamentos da reforma agrária, e, de reservas ecológicas e extrativistas.

Na comunidade de Água Branca do Cajari, a produção e comércio do biscoito de castanha-do-brasil foi atividade produtiva que agregou importância no oferecimento do curso. Essas atividades são realizadas por aproximadamente 80 mulheres associadas à Associação de Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari (AMAC), que se dividem entre a fabricação do biscoito na cozinha comunitária e a venda de parte da produção na Feira.

Ainda que a proposta de curso em pauta trabalhe diretamente com as atividades produtivas da Reserva Extrativista do Rio Cajari, um ponto que nos chama a atenção é a concentração de discussões do curso apenas entre o IFAP, Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas da Reserva Cajari (ATEX-CA) e Associação de Mulheres Agroextrativistas do Alto Cajari (AMAC). Não se percebe debates diretos com a comunidade, como ocorreu no Projeto de Assentamento Extrativista Maracá,

No desenvolvimento de projeto para ser vinculado ao PRONERA, às instituições de ensino não são apenas tradutores de vontade dos sujeitos do campo. É extremamente relevante que garantam o princípio do debate, principalmente quanto à produção coletiva do conhecimento. Outro princípio norteador do PRONERA importante a ser observado é o da *práxis*, ou seja, a construção do projeto não passa a ser um processo meramente educativo que se baseia no movimento ação-reflexão ação e na transformação da realidade. Estes princípios são basilares para o conteúdo pedagógico das propostas, orientando assim o conteúdo político e social da construção dos projetos.

A proposta, para a execução dos cursos foi submetida ao INCRA em 2013, tendo como parceiros o RURAP, ICMBio, SEBRAE/AP, a Academia Laranjalense de Letras, Associação dos Moradores do Assentamento Nazaré Mineiro, Prefeitura

Municipal de Laranjal do Jarí, Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Alto Cajari (ATEX-CA), Associação de Mulheres do Alto Cajari (AMAC) e Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Maracá (ATEX-MA).

## 3 CONTRIBUIÇÕES DE AGENTES ENVOLVIDOS

Em entrevista concedida, o Técnico do INCRA Fabrício Souza Dias, responsável pelo convênio INCRA/PRONERA/IFAP, no período de 2012 a 2014, explanou que o IFAP passou a debater o projeto com os presidentes das principais associações das áreas de reforma agrária: PA/ Maria de Nazaré Souza Mineiro; RESEX do Rio Cajari; e PAE Maracá após

formação do interesse entre as duas instituições públicas. Ele explica que foram realizadas inúmeras visitas à Vila do Nazaré Mineiro, Água Branca do Cajari e Vila do Maracá, todas localizadas às margens da BR 156, onde estão as principais comunidades da reforma agrária. Nelas existem as principais escolas da região, sendo que na Água Branca do Cajari e na Vila do Maracá existem escolas que ofertam o ensino médio, tendo destaque a Escola Família Agroextrativista do Maracá (EFAEXMA), enfatiza o entrevistado.

Fabrcio Dias, com formação em Geografia pela Universidade Federal do Amapá, servidor do INCRA, concursado (Assistente da Reforma Agraria) e Assegurador do Programa Nacional de Educação na Reforma Agraria, explica que, como já havia sido apresentado um curso técnico voltado para realidade extrativista pela Escola Família do PAE/Maracá e a sua base foi a Pedagogia da Alternância, o IFAP inicia uma quantificação e qualificação da demanda a partir do Maracá, em maio de 2013.

Para seu sucessor, o Sr. Gilvan Valadares Cardoso, Servidor de Carreira do INCRA, formado em Biologia pela UFPA, Assegurador do Programa de Educação da Reforma Agrária – PRONERA/INCRA-SR-21/AP, NO PERÍODO DE 2014 A 2016. Informou que o curso foi concluído, no entanto, não houve renovação da parceria com o Instituto Federal do Amapá, devido mudança da gestão local, bem como a troca de gestão municipal, estadual, com interferência nos projetos educacionais. O cenário pandêmico, ainda em curso, trouxe outros desafios e dificuldades no sentido de dificultar o desenvolvimento de projetos e ações educacionais nos assentamentos.

Ele afirma também que a zona sul do Estado, apresenta inúmeras dificuldades estruturais tais como, dificuldades em ensino remoto, problemas de acesso à internet para acompanhamento de vídeo aulas, fazendo com que alunos dessa região fiquem em desvantagens em relação à educação remota adotada no período de adequação das medidas contra o covid-19.

Buscando enriquecer mais nossa pesquisa entrevistamos também a Sra. Edna Shirley Teixeira, Secretaria de políticas Agrícola, Agrária e Meio Ambiente, Conselheira Titular no Conselho Estadual de educação do campo pela Sociedade Civil - FETTAGRAP - Conselheira titular no Conselho Estadual de desenvolvimento Rural pela FETTAGRAP - presidente do Sindicato Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais do Município de Calçoene/AP - possuindo larga experiência para discussão sobre as questões tangentes a educação no meio rural em especial a região Sul do Amapá.

Em nossa entrevista, ela destaca inicialmente a importância da capacitação e formação continuada que o Instituto Federal do Amapá oferta, de forma gratuita e com qualidade, para as comunidades, priorizando assim a juventude, se valendo de sua experiência com o local e de suas potencialidades.

Ressaltou a importância no desenvolvimento de suas potencialidades, manifestando o interesse em se aperfeiçoar na sua área de atuação. Destacou ainda, que a área do Lourenço é constituída de uma grande riqueza florestal e mineral, sempre retomando a ideia de capacitação desses jovens em desenvolver talentos e formar bons técnicos, com vistas ao equilíbrio entre desenvolvimento e sustentabilidade.

Foi evidenciado também a falta de investimento nos últimos anos, nas áreas de assentamento sendo a última e única turma a ofertar ensino técnico profissionalizante na região sul do estado do Amapá (formada há quatro anos), não sendo oportunizado e ofertado para as outras regiões essa modalidade de ensino, o período seguinte foi marcado por pouquíssimos incentivos federais, estaduais e municipais. Devendo reiniciar, recuperar e oportunizar as retomadas as chamadas “visitas técnicas” e incentivos ao empreendedorismo para os agricultores e técnicos em várias competências, ocasionando assim, uma conseqüente valorização do seu trabalho, concomitantemente o desenvolvimento das áreas de assentamento.

Desta feita, restou demonstrado que o PRONERA teve impactos em todo ciclo de conhecimento dessa região que hoje, sendo imperativo um olhar diferenciado para este programa. A formação continuada do jovem camponês é a chave para o melhor desenvolvimento dessas regiões tão ricas do nosso estado, formando assim melhores profissionais, que estimularão ainda mais a visitação e o crescimento econômico e estrutural da Região Sul do Estado.

Destarte, o trabalho em tela também teve a participação de demais líderes das comunidades, sendo que estes e os alunos participantes responderam questionário anexado no Apêndice 1 deste artigo, O primeiro entrevistado foi o senhor David Nunes Maciel, formado Bacharel em Teologia, nascido na Reserva Extrativista do Rio Cajari, na década de 90, lotou pelos extrativistas do baixo Cajari (área de várzea) com a Empresa BRUMASA que explora os extrativistas com trabalhos escravos na tiragem de madeira, tornou-se Presidente Fundador da Associação dos Moradores da Reserva extrativistas do Cajari – AMAEX-CA, eleito para o período de 1999 a 2012, tornou-se Vice-prefeito do Município de Mazagão, para os períodos de 2013 a 2016 e 2017 a 2020.

Focamos nas perguntas 1 e 5 para que pudesse dar um parecer mais exato tendo em vista sua posição social, enquanto Vice-Prefeito. Quando indagado sobre como poderia haver uma melhoria na educação ele respondeu:

”Profissionalizar a juventude rural considerando suas potencialidades locais, visando o desenvolvimento e a motivação para a juventude rural permanecer em suas comunidades e estarem habilitados a desenvolvê-las, evitando assim o êxodo rural e a quebra da força de trabalho da família, no extrativismo, no turismo, nos projetos agropecuários, no saneamento básico, na produção de alimentos, Esses estudantes formados podem acompanhar, precisamos planejar, executar, administrar, atuarem no processamento e conservação de alimentos, que oriente e conduza pessoas a passeios e visitas, que fale de nossos aspectos sociais e culturais, históricos, ambiental e outros interesses do turista, assim como o profissional que nos oriente no dia a dia sobre nosso saneamento com orientação técnica nas construções de tratamento de água e esgoto, nas drenagens urbana das comunidades”.

Entrevistamos também outras lideranças da região sul do estado, tais como as senhoras: Maria Ivanilde dos Santos Pena (com formação em Técnica em Enfermagem, Presidente da Associação Agroextrativista da Região do Alto e Médio Rio Preto do Assentamento Maraca, eleita para o período de 2014 a 2016) e Euziane Ribeiro de Souza (formação nível médio – Presidente da Associação de Mulheres do Alto Cajari - AMAC, Laranjal do Jari, eleita para o período de 2014 a 2016. Fundou a agroindústria Cozinha Comunitária de derivados de castanha com parceria com o Fundo Amazônia e Fundação Banco do Brasil/ECOFORTE - programa de fortalecendo e ampliação das redes de agroecologia, extrativismo e produção orgânica). Sendo extremamente participativas, tais lideranças responderam nosso questionário com muito entusiasmo. Quando indagadas sobre quais os principais desafios no uso de TIC's, elas foram unânimes em suas respostas merecendo destaque de uma das citações abaixo mencionadas.

“Qualquer forma de utilização das TICs torna-se inovadora na maioria dos casos. Temos grandes obstáculos, bastante forte para o uso das tecnologias é o acesso. Nem todos os alunos têm computador, além disso, muitas vezes o acesso à internet é restringido pela velocidade ou pela disponibilidade de tempo e lugar”.

Enriquecendo nossa pesquisa, também realizamos entrevistas com alguns alunos que foram contemplados pelo projeto PRONERA, na região sul do estado. Na pesquisa, foi entrevistado o Sr. Antônio Carlos Pereira, Assentado e morador agroextrativista do Maraca, 63 anos, concluiu curso de Técnico em Meio Ambiente representante da turma do curso, relatou da grande importância que foi formar em 2017, no curso proposto pela parceria INCRA/IFAP, no campo de Laranjal do Jari, no sistema de Alternância, é possível ampliar o

alcance de acesso aos cursos profissionalizante para a juventude do assentamento.

Relatou também que outros alunos conseguiram emprego na área em detrimento dessa formação, se preocupa muito com a paralização da parceria voltada para jovens da reforma agrária, considerando que o assentamento possui uma população de moradores na Vila Maraca de 350 famílias, muitos jovens sem formação profissional, gerando desestímulo e desinteresse em permanecer no assentamento, onde possuiu um potencial extrativista imensurável a ser explodido com planejamento e profissionais de várias áreas.

Também foi entrevistado a senhora Nelziane Araújo Freitas, 33 anos, nascida e moradora da Reserva Extrativista do Rio Cajari, Reconhecida como beneficiários do Programa Nacional de Reforma agraria, foi uma das concluintes do curso Técnico em Meio Ambiente, relata do conhecimento que adquirido que agregou ao saber do extrativismo, sente-se orgulhosa ser referência em sua comunidade e dizer que tem uma profissão técnica.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A região amazônica, historicamente tem sido objeto de inúmeros estudos, a maior parte deles, direcionados ao meio ambiente, à biodiversidade, ao desenvolvimento econômico e as populações nela existentes. Quando se trata de Educação, ainda são considerados poucos os estudos frente à complexidade que configura essa região. Concordamos com o que aponta Hage (2005) ao dizer que uma das principais características da Amazônia, é a “heterogeneidade”, presente no cotidiano da vida, do trabalho e das relações sociais, culturais e educacionais dos sujeitos que nela habitam.

Neste trabalho buscamos apresentar essas particularidades na Amazônia Amapaense, apontando principalmente as particularidades no que se refere à educação nos assentamentos agroextrativistas da reforma agrária. Compreendemos que estas singularidades devem ser consideradas na implementação de políticas educacionais para essa região.

A Educação do Campo, em nosso caso específico o PRONERA nasceu desta luta e resistências dos movimentos sociais do campo e trouxe normatização e institucionalização de programas e diretrizes para subsidiar a oferta da educação do campo. As manifestações e pesquisas acerca dessa nova concepção de educação deram origem ao, em curso, “Movimento por uma Educação no Campo”, que tem mostrado a necessidade de planejar, propor e (re)elaborar políticas que considerem a realidade dos sujeitos do campo. Levando-se em conta o contexto amazônico esta necessidade torna-se mais evidente.

A visibilidade da Educação do Campo enquanto paradigma contra hegemônico é revelada na luta dos movimentos sociais e por diretrizes legais, de âmbito nacional. Entretanto, ao mesmo tempo em que há o discurso oficial e legal da política educacional, ainda permanece um cenário de exclusão das populações do campo no Brasil, o que reflete na baixa escolaridade, crescente o êxodo rural e na dificuldade de efetivação dessa política.

O presente trabalho visualizou a realidade apenas de um recorte do ensino técnico ofertado para os assentados agroextrativistas do Sul do Estado do Amapá. Percebe-se a necessidade de ampliação do Programa no Estado, de forma que as políticas públicas de educação alcancem as comunidades assentadas, haja vista ser esta a primeira oferta de curso técnico exclusivamente para assentados agroextrativistas do Sul do Amapá. Considerando o número de assentados, muitos inda carecem de qualificação profissional a fim de aprimorar as técnicas nas mais diversas áreas, possibilitando melhoria na qualidade de vida nos assentamentos.

Os limites e desafios impostos à elaboração e execução do PRONERA na realidade amapaense precisam ser apontados por meio de ensaios no campo teórico a fim de contribuir com outras discussões sobre um novo projeto de educação para o campo junto aos movimentos sociais, camponeses do Estado e aos órgãos governamentais. É indispensável à

elaboração e implementação de propostas de Educação do Campo que se materializem, viabilizando condições de democratização e permanência da população dos assentamentos da Reforma Agrária nas salas de aula, dando continuidade aos estudos. Para os alunos a distância da família por mais de 30 dias, a falta de transporte escolar que os levasse da cidade de Laranjal do Jari até o campus do IFAP, a alta carga horária de sala de aula foi o maior desafio a ser superado.

No que se refere à Pedagogia da Alternância, o IFAP adotou uma metodologia específica, para atender a organização burocrática da instituição, já que o prédio do campus não possuía salas de aulas disponíveis para o curso durante o ano letivo curricular e havia dificuldade de deslocamento dos alunos dos assentamentos para a cidade de Laranjal do Jari ao longo do ano. Desta forma, as atividades do tempo escola ficaram concentradas no período de férias escolares (janeiro e julho), alugavam casas ou se hospedavam em casa de conhecidos para cumprir a carga horária de sala de aula, com atividades de segunda-feira a sábado. A alternância é o período alternado de vivência e estudo na Escola, na Família e na Comunidade. Nesse sentido, a alternância passa a exercer uma função metodológica e pedagógica no processo formativo dos educandos (JESUS, 2011, p. 9).

O PRONERA deu visibilidade ao campo, gerando um movimento de esperanças, impactando a vida das pessoas, o poder de transformação, valorizar os professores, investir nos projetos que dão certo, incentivar a pluralidade do Brasil, porque uma escola da Amazônia não pode ser igual uma escola urbana dos grandes centros, precisamos de um ensino que dialogue com o progresso do País. A Educação e a porta do futuro. Já existem vários projetos, precisamos modular esse formato.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, M. I; MARTINS, M. F. A.; MARTINS, A. A. (org.). **Territórios educativos na educação do campo: escola, comunidade e movimentos sociais**. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2012.

BARDIN, L. **Análise do conteúdo** [L'Analyse de Contenu]. Tradução de Luiz Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa-Portugal: Persona, 1977.

BEZERRA NETO, L. **Educação Rural no Brasil: do ruralismo pedagógico ao movimento por uma educação do campo**. Uberlândia: navegando publicações, 2016 p. 16.

BRASIL Constituição Federal de 1967.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação, Câmara de Educação Básica, Resolução CNE/CEB1, de 3 de abril de 2002.

\_\_\_\_\_. **Constituição Federal de 1934**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1930-1939/constituicao-1934-16-julho-1934-365196-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 22 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. Constituição Federal de 1988.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010**. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei nº 9394/96) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em 22 jan. 2021.

\_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes Operacionais para Educação do Campo**.

\_\_\_\_\_. Lei nº5692/71.

CALVÔ, P. P.; MARIRRODRIGA, R. **Formação em alternância desenvolvimento local: o movimento do CEFFAs no mundo**. Belo Horizonte: O lutador, 2010 (coleção AIDEFA). Educação Rural X Educação no Campo. Disponível em: <https://PT.Slideshare.net>. Acesso em 22 jan. 2021.

FERNANDES, B.; M.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. **Por Uma Educação do Campo: Primeira Conferência Nacional “Por Uma Educação do Campo”**. 5. Ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

HAGE, S. M (org.). **Educação do Campo na Amazônia: retratos de realidades das escolas multisseriadas no Pará**. 1ª Ed. Belém 2005.

MOREIRA, R. J. (Org.). **Identidades sociais**. Ruralidades no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

PIRES, A. M. **Educação do Campo como direito humano**. São Paulo. Cortez, 2012.

QUEIROZ, J. P. B. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**. Revista NERA Presidente Prudente. Ano 14, nº18, PP.37-46 Jan-Jun/2011. Pag. 39.

SILVA JUNIOR, A. F.; BORGES NETTO, M. **Por uma Educação no Campo: percursos**

**históricos e possibilidades.** Entrelaçando: revista eletrônica de culturas e educação. N 3, 2011, p. 45-60.

SILVA JÚNIOR, A. **O ensino de história em escolas no meio rural brasileiro.** Eccos Revista Científica, vol. 12, núm.2, Julio-Diciembre, 2010, PP 469- 486. Universidade Nove de Julho São Paulo, Brasil.